

 PMMS	OCORRENCIA ENVOLVENDO CONTRABANDO E DESCAMINHO	PROCESSO: 5.03
		PADRÃO: 5.03.06
		ESTABELECIDO EM: 13/05/2020
NOME DO PROCEDIMENTO: OCORRENCIA ENVOLVENDO DEMAIS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO AUTORES DE CRIME. RESPONSÁVEL: Comandante da equipe policial		REVISADO EM:
ATIVIDADES CRÍTICAS		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade de comunicação com sua unidade policial devido aos pontos cegos da região; 2. Mudança de entendimentos dos órgãos de fiscalização e/ou correição (Receita Federal, Ministério Público Federal) quanto à classificação e encaminhamento de ocorrências de contrabando e descaminho; 3. Conferencia e relação do material retido em termo específico; 4. Identificação do militar estadual envolvido na ocorrência. 		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar qual produto está envolvido na ocorrência, classificando-o como contrabando ou descaminho, comunicando a sua unidade policial de imediato, caso seja possível; <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A classificação dos produtos como Contrabando e Descaminho deverá ser embasada na norma vigente, bem como em manifestações dos órgãos de correição e fiscalização, cabendo a administração policial provocar as demais instituições acerca das mudanças (observar Nota de Instrução da 3ª Seção do Estado Maior); 2. Identificar a função e a qual órgão autor da ocorrência é subordinado, dando ciência a sua unidade policial, e solicitar apoio do oficial de serviço, caso o autor 		

seja necessário;

3. Descrever o material retido, prestando atenção na descrição quantidade: unidade, volume ou peso;

3.1. A equipe policial fará a aferição da carga e, se ultrapassar o valor estipulado pelos órgãos de fiscalização e correição, comunicar a polícia federal da circunscrição a fim de encaminhar a ocorrência;

3.2. Se a ocorrência for encaminhada à Polícia Federal, a administração policial deverá comunicar o órgão de segurança pública de origem do autor, informando sobre a ocorrência, bem como para qual delegacia será apresentado o autor, colhendo o nome do agente que recebeu a informação, constando em relatório;

4. Confeccionar o boletim policial, inserindo os autores e materiais ilícitos/irregulares, para ser apresentado na Delegacia de Polícia Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);

5. Confeccionar o termo de retenção específico, inserindo os autores e materiais ilícitos/irregulares, a fim de ser encaminhado à Receita Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);

6. Encaminhar o(s) autor(es) e o material retido à delegacia de Polícia Federal para a lavratura do flagrante (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);

7. Encaminhar o material apreendido à unidade policial para posterior apresentação na Receita Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);

8. Efetuar o fechamento da ocorrência, informando à administração os números dos boletins e termos produzidos;

8.1. Caso ocorra apenas a apresentação da ocorrência à Receita Federal, a administração policial deverá comunicar o fato ao órgão de lotação do autor, com cópia do Boletim de Ocorrência Policial;

POSSIBILIDADE DE ERRO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Não observar a natureza do material, atribuindo classificação errada; 2. Não observar a identificação do autor, deixando de seguir normas específicas; 3. Deixar de comunicar a administração policial da ocorrência em andamento, deixando de receber a orientação adequada; 4. Deixar de se atentar quanto ao valor estipulado pelos órgãos de fiscalização e correição, deixando de apresentar a ocorrência na delegacia de polícia federal, liberando inadequadamente o autor; 5. Não relatar características dos objetos retidos e nem quantidades, dando margem a erro e extravio de material; 6. Estar desatualizado em relação a procedimentos acordados pelo M.P.F.; ocorrendo em prisão ou liberação indevida;
RESULTADOS ESPERADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Minimizar erros procedimentais das equipes policiais; 2. Diminuir o número de procedimentos instaurados devido a erro procedural; 3. Dar transparência e segurança às equipes policiais;
AÇÕES CORRETIVAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Em caso de dúvidas, quanto ao procedimento a ser adotado, solicitar orientação ao escalão superior, com o intuito de evitar ações prejudiciais ao desfecho da ocorrência; 2. Provocação da administração policial em caso de entendimento diverso de delegacias de polícias, em assunto já acordado em Manifestação Ministerial;
REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Lei n.º13.008, de 26 de junho de 2014; 2. Art. 334 do Decreto Lei n.º2.848 de 07 de dezembro de 1940;

3. Ofício n.º011/2019-MPF/PRMS/COORDCRIM; 4. Ofício n.º017/2018-MPF/PRMS/COORDCRIM; 5. Ofício n.º010/2017-MPF/PRMS/COORDCRIM; 6. Ofício n.º230/14B/PMMS; 7. Nota de Instrução nº002/P-3/BPMRv/PMMS/2018; 8. Lei n.º13.008, de 26 de junho de 2014; 9. Art. 334 do Decreto Lei n.º2.848 de 07 de dezembro de 1940; 10. Ofício n.º011/2019-MPF/PRMS/COORDCRIM; 11. Ofício n.º017/2018-MPF/PRMS/COORDCRIM; 12. Ofício n.º010/2017-MPF/PRMS/COORDCRIM; 13. Ofício n.º230/14B/PMMS; 14. Nota de Instrução nº002/P-3/BPMRv/PMMS/2018.	
ELABORADO POR:	APROVADO:
WAGNER FERREIRA DA SILVA- TEN CEL QOPM. WELLINGTON KLIMPEL DO NASCIMENTO- TEN CEL QOPM. ROBSON ROBERTO LOPES RAMOS- MAJ QOPM. FREDERICO FRANCO SO CANOLA – CAP QOPM. JOSUEL ALVES DA ROCHA – CB QPPM	<hr/> Marcos Paulo Gimenez – Cel QOPM Comandante-Geral da PMMS Mat. 108353021
REVISÃO REALIZADA POR:	APROVADO:
RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS	DIFUSÃO:

	PÚBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS	
<p>1. Conceito de contrabando:</p> <p>c. Importar e exportar mercadoria proibida; art.334-A do Código Penal.</p> <p>2. Conceito de descaminho:</p> <p>a. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria; art.334 do Código Penal.</p> <p>3. Atribuições dos órgãos de fiscalização e correição:</p> <p>a. Receita Federal: É um órgão vinculado ao Ministério da Economia, e chefiado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil. Regula tudo que tenha relação com o comércio exterior. Tanto a exportação, quanto a importação de bens envolve o pagamento de alguns tributos.</p> <p>b. Ministério Público Federal: Através da Coordenadoria Criminal no Mato Grosso do Sul, dá publicidade e fiscaliza as temáticas acordadas nas reuniões do Colégio de Procuradores da República no Estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p>4. Nota de Instrução:</p> <p>a. Documento expedido pelo Estado Maior da PMMS, que visa manter atualizado às OPMS acerca de assuntos específicos como valores máximos de mercadorias, o que ensejará no encaminhamento da ocorrência à Receita Federal, ou à Delegacia de Polícia Federal.</p> <p>5. Termo de Retenção/Guarda:</p> <p>Documento específico para lançamento do material retido que será encaminhado a outro órgão. Nele constará quantidade do material e características (modelo, cor, marca).</p>	

	OCORRENCIA ENVOLVENDO	PROCESSO: 5.03
		PADRÃO: 5.03.07